



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

**CECA - CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

Fabiane Andréa da Silva Barcheski Lima

**LEI 10.639/03:
SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sandra Regina F. Oliveira

**LONDRINA – PR
2010**

FABIANE ANDRÉA DA SILVA BARCHESKI LIMA

**LEI 10.639/03:
SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina, como exigência final para a sua conclusão.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sandra Regina F. Oliveira.

**LONDRINA – PR
2010**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina F. Oliveira

Orientadora

Universidade de Estadual de Londrina

Prof. Dr. Carlos Toscano

Membro da Banca

Universidade de Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Ednéia Consolin Poli

Membro da Banca

Universidade de Estadual de Londrina

DEDICATÓRIA

Aos pais e irmãos...

Pessoas especiais que sempre fizeram
diferença.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, que tenho certeza, me acompanhou durante esta jornada.

À minha orientadora, professora doutora, Sandra Regina Ferreira Oliveira, por ter acreditado sempre na realização deste trabalho.

Ao meu marido Paulo Lima, que sempre me incentivou a acreditar neste sonho.

Ao meu filho Nicolas, que já está para nascer e que participou, mesmo que, dentro de mim, de todos os anseios para a concretização deste trabalho.

E, aos colegas do Curso, pela longa caminhada.

*A história do mundo é o resumo daquilo
que poderia ter sido evitado.*

(Bertrand Russel)

LIMA, FABIANE A. DA SILVA B. **LEI 10.639/03: Suas Contribuições para uma Educação Igualitária**. Londrina, 2010, 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Londrina-PR

RESUMO

A partir da análise da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica, este estudo tem por objetivo revisar a literatura especializada, em busca de informações e implicações que envolvem e/ou interferem na educação voltada aos negros. Para tanto, foi realizado um estudo sobre a história da educação do negro no Brasil, com uma análise sobre a referida Lei e seu contexto de criação, e um estudo em dois livros didáticos da quarta série do ensino fundamental, publicados antes de depois da promulgação da Lei. Percebeu-se que o negro teve uma trajetória educacional preconceituosa e inferior em comparação aos seus pares brancos, sendo alterada esta realidade a partir da criação da lei 10.639/03. Lei esta que previu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro brasileira em toda a rede de ensino. Fato constatado pela análise nos livros didáticos de 1.997 a 2.008, onde houve uma sensível mudança na linguagem e imagem de como o negro é retratado. Concluiu-se assim, que a lei foi uma conquista dos grupos afrodescendentes organizados, contribuindo assim, para uma mudança nos livros didáticos.

Palavras-chaves: Lei 10.639/03, Livro didático e diversidade.

SUMÁRIO

Introdução	8
Objetivos	12
Capitulo I – NEGRO E EDUCAÇÃO	13
1.1 Ideologia do branqueamento	15
1.2 O negro escravizado	16
Capitulo II – EDUCAÇÃO ANTIRACISTA: UM ESTUDO SOBRE A LEI 10.639/2003	26
2.1 Buscando Caminhos	27
2.2 Discriminação racial escolar	30
Capitulo III – O LIVRO DIDÁTICO: UM ESTUDO SOBRE O CONTEÚDO APRESENTADO ANTES E PÓS A LEI 10.639/03	34
3.1 Livro didático de 1.997.....	34
3.2 Livro didático de 2008	36
Conclusão.....	40
Referências	43

INTRODUÇÃO

O estudo que foi desenvolvido neste trabalho é resultado de experiências que obtive em minha trajetória profissional, nestes seis anos de regente municipal no que se refere ao ensino fundamental. Experiências estas, que intensificaram a minha necessidade em promover algumas reflexões sobre as relações entre a questão do negro e a educação.

Na medida em que fui realizando as leituras, pesquisando as bibliografias, participando de diálogos e/ou orientações e, especialmente, no momento das vivências, que foram muitas, complementadas pela atuação nos estágios desenvolvidos como exigência para obtenção do título de pedagoga, o interesse antigo transformou-se em objeto de investigação neste TCC.

Faz-se necessário explicitar a questão do olhar crítico obtido a partir destas experiências as quais me refiro. Enquanto regente de uma sala de aula, constantemente deparei-me com alunos negros que não se entendem como participantes da história brasileira. Tal situação pode ser explicada por meio de dois argumentos: primeiro por um ensino que não valoriza suas origens, sua cultura; enfim, que não olha para a sua cor ou, quando olha, o entende a partir do conceito de escravo. Segundo, pela situação de racismo e discriminação existentes nas escolas culminado em ações de falta de respeito e até mesmo a ausência de diálogo entre os alunos.

Assim sendo, comecei a perceber a importância deste trabalho na perspectiva de promover a compreensão de como o negro é entendido na história da educação brasileira, como a Lei 10.639/2003 contribui com novas possibilidades para pensar o que ensinamos em nossas escolas sobre as questões raciais e, por fim, como tudo isso se concretiza, ou não, nos livros didáticos.

O que se percebe é que, para a maioria dos envolvidos no processo da educação escolar, a exclusão do negro, seja ela no dia a dia da escola, seja por meio do material didático, não é percebida. Para muitos de nós, ainda existe uma névoa ideológica de que vivemos em uma democracia racial, o que não condiz com a realidade porque os negros estão afastados de seus direitos como cidadão e ainda

lutam por oportunidades semelhantes às aquelas que são facilmente conquistadas pelos brancos.

Ao olhar minha trajetória, começo a entender como o racismo está presente no ensino fundamental, onde atuo. Percebo como a questão racial é pouco valorizada no livro didático, assim como, no planejamento escolar. Ou seja: há uma preocupação muito grande em se trabalhar os conteúdos de alfabetização e/ou raciocínio matemático, deixando em segundo plano, as disciplinas de ciências, geografia e história que acabam sendo consideradas como não muito importantes para o aprendizado básico de leitura, escrita e raciocínio lógico, mas que são fundamentais para compreender as diferenças entre os sujeitos assim como desenvolver a capacidade de socialização, pois o preconceito advém da ausência de conhecimento sobre o assunto.

Pode-se considerar que umas das dificuldades para a ampliação deste planejamento, como também, desse ensino dentro da sala de aula, envolvendo a cultura afrodescendente, seria talvez, a carência de fontes, estudos e/ou bibliografias que proporcionasse um maior aprendizado a esse respeito.

Sendo assim, o desafio deste trabalho é, a partir da análise feita sobre a abordagem histórica sobre o negro na educação, refletir os caminhos percorridos pelos mesmos, ao longo da história brasileira, rumo às oportunidades educacionais que lhe garantissem melhores condições de vida. Também objetivei estudar os possíveis mecanismos de luta contra as várias formas de desigualdades, a que eram submetidos, como também, perceber a importância dessa abordagem, para estabelecer uma compreensão da realidade brasileira atual.

Para tanto, tomei como princípio de estudo, a reflexão sobre a Educação Antirracista, a partir da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino de educação básica, sejam estes públicos ou privados, como também, estabeleceu a data do dia vinte de novembro como dia da Consciência Negra.

Essa nova legislação veio ao encontro das antigas reivindicações e preocupações do movimento social negro em relação à educação. Reivindicações estas, que foram por muitas vezes requeridas ao Estado brasileiro na metade da

década de noventa do século XX. Segundo Sales Augusto dos Santos, foi “quando aconteceu um dos eventos mais importantes organizado pelas entidades negras brasileiras, a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”. (SANTOS, 2005, p.25). Este evento ocorreu no dia vinte de novembro de 1995, em Brasília, quando o então presidente daquela época, Fernando Henrique Cardoso, recebeu os participantes no Palácio do Planalto.

Diante disso, Sales nos relembra que,

Alguns pontos desta histórica reivindicação dos movimentos sociais negros foram atendidos pelo governo brasileiro na segunda metade da década de 1990, como por exemplo, a revisão de livros didáticos ou mesmo a eliminação de vários livros didáticos em que os negros apareciam de forma estereotipada, ou seja, eram representados como subservientes, racialmente inferiores, entre outras características negativas (2005, p. 25).

Desta forma, alguns elementos e questões se apresentam como centrais para a análise. Como primeiro elemento norteador destaca-se o entendimento da luta do negro no campo da educação, como já foi dito anteriormente. Embora haja poucas informações a esse respeito, pois, como nos confirma Cruz:

As fontes históricas, a exemplo dos documentos submetidos a análises, são de extrema importância no processo de construção de uma narrativa histórica. A conservação das fontes ao longo do tempo, por um determinado grupo, pode dizer mais sobre a participação desse grupo nas narrativas históricas de um povo, do que de outros sobre os quais as fontes não foram conservadas, organizadas e consultadas. Esse fato pode ser um dos aspectos históricos que fazem pensar que alguns povos sejam mais sujeitos históricos que outros, dando a estranha impressão de haver povos sem história. (CRUZ, 2005, p. 23).

Outro elemento, não menos importante, é análise dos limites e possibilidades da Lei 10.639/03, no que se refere à construção de uma nova visão a respeito do estudo da história e cultura afro brasileira no ensino brasileiro, e como esta, é encarada pelos envolvidos na educação, sejam eles: alunos, professores e funcionários envolvidos nesse contexto. Por fim, destaco também, a importância da intervenção do movimento negro na luta pelas desigualdades raciais, sociais e educacionais.

Como terceiro elemento fundamental para a conclusão deste trabalho, venho propor uma análise comparativa em livros didáticos produzidos em diferentes contextos: 1997, antes da promulgação da Lei 10.639/2003 e, do ano de 2010, sete anos após a referida Lei; objetivando identificar se o estabelecido em lei a respeito do estudo da África e da cultura negra se concretiza no material didático.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Revisar a literatura especializada, em busca de informações e implicações que envolvem e/ou interferem na educação voltada aos negros.

Objetivos Específicos:

- Realizar uma abordagem histórica da trajetória educacional do negro, no que diz respeito à educação brasileira;

- Compreender o que é a lei 10.639/2003 e o que ela busca mudar, principalmente, no trabalho escolar em relação ao negro;

- Analisar o livro didático dos anos de 1.997 e 2.008, especificamente de 4^a série do ensino fundamental, no que diz respeito ao negro, antes e após a promulgação da lei 10.639/2003.

CAPITULO I - NEGRO E EDUCAÇÃO

O presente capítulo visa apresentar, em linhas gerais, a história da educação do negro no Brasil. Negro este, tão presente no contexto histórico brasileiro e, ao mesmo tempo, tão ausente nos estudos aplicados do contexto escolar.

Não se pode negar que exista uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras, contudo, há de se concordar que existe uma grande carência sobre estas informações, “principalmente, devido à omissão nos conteúdos oficiais da disciplina de História da Educação” (CRUZ, 2005, p. 30).

Faz-se necessário salientar que, a população negra no Brasil é a segunda maior do mundo, depois da África e com certeza, não se difere muito deste país, no que se refere ao tratamento dado aos mesmos. Pois o negro, ainda é muito discriminado em nosso país e continua lutando por dias melhores, como nos dias de outrora.

Observar uma pessoa negra nos dias atuais, é, muitas vezes, deparar-se com um contexto repleto de dúvidas, indagações, discriminações, racismo, falta de auto estima e principalmente de um reflexo da depreciação, da negação, da despersonalização do povo negro.

Sentimentos estes que podem ser resultante do “europocentrismo histórico” que seria uma espécie de doutrina que excluía os povos não europeus, causando exclusão e conseqüentemente à inexistência de registros históricos das sociedades não europeias, ao contrario, permanece atual, principalmente no que diz respeito a história da educação brasileira.

Diante disso, nota-se que, para um determinado povo construir sua trajetória histórica, faz-se necessário também que haja a conservação das fontes. Conservação resultante do “interesse” e do “cuidado” de determinados grupos que deram origem à mesma.

Contudo, o que se percebe é que muitas vezes, determinado grupo denominado “superior”, não contribui e/ou não contribuiu para a preservação de tais fontes, conforme evidencia Cruz na seguinte afirmação:

A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não tem historia, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. (2005, p. 23).

Para Davis, “apesar da contribuição africana para a sociedade, a elite brasileira sistematicamente tentou ignorar a africanidade no Brasil”. (DAVIS, 2000, p. 24).

Diante disso, faz-se necessário o empenho e a reflexão de estudos voltados para os afros brasileiros. Estudos que estejam inseridos na historiografia da educação brasileira, e que contribuam para verdadeiras análises sobre os aspectos excludentes da historia, que menospreza os setores pobres e não europeus.

Aliás, falar em despersonalização é pensar na dificuldade em descrever o povo negro, visto que, alguns acabam, hoje em dia, não se considerando como tal e geralmente vivem buscando meios de se auto afirmarem como brancos.

Nota-se uma grande procura por tratamentos, como os de cabelo, como por exemplo, o alisamento e/ou cortes diferenciados, como também, maquiagem esbranquiçada, entre outros artifícios, que lhes garantam uma mudança na fisionomia. Tratamentos estes, que evidenciem um visual “mais aceitável” para os padrões da sociedade, na qual estão inseridos.

É interessante ressaltar que, o movimento negro vem atuando nesse sentido, com a intenção de fazer com que essa ideia de identidade e beleza seja revista. Ou seja, o movimento negro não incentiva tal mudança de fisionomia, mas sim, apresenta diversas opções, como: revistas especializadas para negros e/outros recursos que busquem valorizar a africanidade e a beleza negra, contribuindo assim para a questão do ser diferente.

No livro “Superando o racismo na escola”, nos apresenta que:

A razão de ser dos diferentes tipos de cabelo, ensinar como trata-los, realizar concursos de penteados afros, trazerem trançadeiras para trançar na sala de aula, são

algumas atividades que podem desconstruir a negatividade atribuída à textura dos cabelos crespos (SILVA, 2005, p.28).

1.1 Ideologia do branqueamento

Aliás, nos últimos anos, apareceram varias revistas afro-brasileiras, com o intuito de atender as demandas crescentes de noticias sobre as pessoas negras. Algumas dessas revistas seriam a “Raça Brasil” e a “Black People” (DAVIS, 2000), que se assemelham às revistas americanas e embora sejam bem sucedidas recebem diversas criticas dos movimentos negros, quando estes, argumentam as imagens contidas nelas, como superficiais e com foco no consumismo.

Para Davis (2000, p. 75), “essa critica não é infundada; entretanto, ela perde vista a importância de uma revista que simplesmente diz aos brasileiros: “Estamos aqui”!

Segundo o antropólogo Kagengele Munanga, professor titular da faculdade USP, não é fácil definir quem é negro no Brasil:

Num país, que desenvolveu o desejo do branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento étnico-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. (MUNANGA, 2006, p.18).

Diante disso, fica evidente a importância de uma reflexão do atual contexto brasileiro, pois, em pleno século XXI, o negro, não foi totalmente abolido de sua escravidão. Escravidão esta, caracterizada ainda hoje, como um aprisionamento de seu próprio passado. O passado que é tão presente e sempre será uma constante na vida destes.

Em relação a isto, buscou-se a significação no dicionário Aurélio, da palavra “negro”: significado “... como o indivíduo, cuja principal característica é a pele escura, muito pigmentada.” (DICIONARIO AURÉLIO, 2000, p. 483).

Aliás, para muitos, essa caracterização é que os impede de conquistarem muitos dos seus anseios e perspectivas, seja no setor econômico, social e principalmente no educacional.

Portanto, conhecer a luta do negro no espaço educacional é necessário para fomentar estudos dessa natureza e também, porque é de suma importância esse resgate histórico, visto que, no atual contexto em que vivemos, essa problemática de estudos sobre as trajetórias educacionais do negro no Brasil, são temas “ (...) que, além de terem sido desconsiderados nos relatos oficiais da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento” (CRUZ, 2005, p.23), e também, porque, trata-se “... de entender nossa “história e” nossa “identidade...”. (MUNANGA, 2006, P.18.)]

Mariléia dos Santos Cruz (2005), enfatiza também, a necessidade de pesquisas voltadas para a formação de professores, para que os mesmos adquiram os conhecimentos necessários a esse respeito, para lidarem com a diversidade cultural.

Para isso, faz-se necessário e urgente, uma investigação sistematizada, crítica, no intuito de elucidar essa luta educacional e fornecer subsídios que contribuam para uma verdadeira reflexão e motivação para que novos estudos aconteçam.

1.2 O negro escravizado

Portanto, o recorte temporal proposto neste capítulo, recai a partir da primeira metade do século XVI, que marca a chegada dos negros no território que hoje chamamos de Brasil e conseqüentemente o começo da escravidão. Esse recorte será necessário para estudar o processo de educação dos negros e suas reais conseqüências para a nossa sociedade.

Seria interessante lembrar que, a organização econômica do Brasil baseou-se na utilização do trabalho escravo, pelos senhores de engenho, onde o negro foi a

principal mão de obra de todas as atividades produtivas existentes em nosso país. Aliás, os mesmos foram arrancados de suas terras de origem e aqui foram trazidos para servirem de mão de obra barata, ou melhor, para trabalharem como máquinas viverem como animais e sofrerem sem condições nenhuma de tratamento humano.

Munanga, em seu livro, “O negro no Brasil de hoje”, afirma:

Seres livres em suas terras de origem, aqui foram despojados de sua humanidade através de um estatuto que fez deles apenas força animal de trabalho, coisas, mercadorias ou objetos que podiam ser comprados ou vendidos; fontes de riqueza para os traficantes (vendedores) e investimentos em” máquinas animais “de trabalho para os compradores (senhores de engenho). (MUNANGA, 2006, p.16).

Portanto, toda essa cruel escravidão a que foram submetidos os negros, representou “... um conjunto de violações de direito e gerou para esta população, um triste legado: a interdição à educação formal”. (SILVA E ARAUJO, 2006, p.65).

Diante disso, a educação para eles, habitantes recém chegados da África, que não conheciam a Língua Portuguesa, seria de extrema necessidade, porém, para os seus senhores não o era, pois, utilizavam apenas o conhecimento do outro cativo de” mesma língua”, para explicar aos africanos recém-chegados, a rotina e normas da fazenda.

Diante disso, o que se percebe é que, durante a escravidão, a diferença de superioridade de brancos para negros se dava, a partir dessa própria dominação, onde “brancos’ eram livres, e ‘escravos’, ou melhor, negros’, eram prisioneiros. Isto era a forte expressão de domínio sobre a ideologia do escravo.

Contudo, houve muitas resistências por parte dos negros, “o exemplo mais conhecido no período colonial (1603 – 1695) foi o reino de Palmares”. Que se tratou, de uma combinação de muitos quilombos unificados. Palmares foi um sistema complexo e dinâmico que sobreviveu por quase um século” (DAVIS, 2000, p. 25).

Todavia alguns saberes foram adquiridos a partir da criação de escolas pelos próprios negros. Um exemplo disso foi a criação de uma escola no Quilombo da

Fazenda Lagoa-Amarela, no estado do Maranhão, onde o negro Cosme empenhou-se pela luta em ensinar a leitura e a escrita aos aquilombados. Negro Cosme foi quilombola que se destacou como um dos líderes da Guerra dos Balaios, ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841.

Contudo, nota-se que o negro em si, foi muito perseguido no que se refere a esta busca por uma vida educacional formal, ou seja, foi considerado como “incapaz” de levar uma vida bem sucedida, tanto socialmente, quanto educacionalmente.

Toda essa crueldade acometida sobre a população escravizada negra podia ser refletida nas poucas escolas urbanas existentes na época que vetava o ingresso tanto dos negros cativos e também dos livres.

Consideramos que a população negra viveu dois movimentos que se opõem e se completam em relação à educação. Chamamos essas vertentes de ação branca e ação negra. De um lado, estava presente nos discursos das elites intelectuais e políticas a necessidade de essa camada se escolarizada. Inseridos na população pobre, com o estigma da escravidão que os relegava a uma categoria “inferior”, os negros precisariam ser educados para ser transformarem em bons trabalhadores e bons cidadãos. Apesar disso, sua presença era motivo de incomodo para o restante da população, sendo dificultada através de diversos mecanismos, desde a matrícula até o cotidiano escolar. BARROS, 2005, p.79-80)

Diante disso, percebe-se, que muitos negros receberam alguma instrução de seus próprios companheiros que já a possuíam, ou ainda, apenas pela observação de aulas realizadas pelas sinhás moças ou entre alguns negros mais velhos.

No período em que o Brasil foi Império, a população negra não fora contemplada pelas políticas públicas, no que se refere à apropriação dos saberes formais exigidos pela sociedade da época.

Desse conjunto de fatores, criaram-se pelo Estado brasileiro dois mecanismos de impedimento do negro a este acesso à educação. O primeiro mecanismo foi denominado como Nível Legislativo, que proibiu tanto o negro liberto, quanto o escravo de frequentar a escola pública. O segundo mecanismo se refere ao Nível Prático. Nível este que, não oferecia condições materiais para aqueles que eram considerados no direito e/ou livres de estudar.

Contudo, não foi esta a primeira razão de suas lutas, visto que, os mesmos tinham motivos muito maiores de lutas, do que este. Como por exemplo, a luta pela própria liberdade, pela própria saúde, tão debilitada pelos extremos castigos e omissões de seus senhores. Aliás, não se pode deixar de citar a luta por uma alimentação mais digna, mais sustentável e quem sabe, mais apropriada para um ser humano. Enfim, uma luta diária, em uma busca constante pela sobrevivência, já que a sociedade o subjugava apenas como força animal.

Enfim, como falar dessa luta educacional, sendo que, até mesmo a sua condição humana era negada nesse período?

Como enfatizar a busca da educação pelo negro, se o mesmo precisa lutar pela própria existência?

Porem seria interessante refletir que, em 17 de fevereiro de 1854, foi instituída a reforma de Couto Ferraz. Tratava-se de uma reforma que instituía a obrigatoriedade e gratuidade da escola primária para crianças maiores de sete anos. Mas, mesmo assim, os negros em sua condição de escravo ou quem sabe, até, de repente, “ex-escravo”, não podiam frequentar a mesma, pois nela, “... não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas e nem escravos...” (SILVA e ARAÚJO, 2005, p.68.).

Contudo, não se deve considerar, que os negros eram comparados a doenças contagiosas, tais como, a varíola e/ou a tuberculose, mas sim, que os mesmos, eram tidos como seres que propagavam com muita facilidade tais doenças, devido à falta de cuidados e ao tratamento desumano a que eram submetidos constantemente, como o abandono à extrema pobreza e conseqüentemente a muitas doenças.

Outro aspecto relevante foi a Lei do Ventre Livre, anterior à Abolição, que consistia em tornar livres todos os filhos de escravos nascidos a partir da data de sua aprovação. Há registros de que, a partir da assinatura dessa Lei, foi garantida aos escravos uma liberdade de instrução, na cidade de Campinas, sendo criadas, por volta de cinco escolas públicas para a população de negros libertos e escravos.

Historicamente, os movimentos a favor da abolição da escravatura começaram a tomar força a partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos. Outros eventos colaboraram como a volta dos negros que lutaram pelo Brasil na Guerra do Paraguai, a promulgação de outras leis antiescravagistas e a criação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada em 1880 por José do Patrocínio e Joaquim Nabuco.

Nessa época, o movimento abolicionista adquire eficácia e assume feição revolucionária, produzindo mudanças em doutrinas e concepções tradicionais, que legitimavam a sociedade fechada. Dentre outros significados notáveis, o abolicionismo opera no sentido de produzir a redefinição de trabalho, elevando-o à condição de atividade dignificante – requisito do capitalismo industrial em constituição. (IANNI, 1996, p. 49).

Diante disso, o que se percebe, é que, a liberdade que seria dada ao escravo, seria apenas uma mera liberdade voltada para o mercado de trabalho, pois, o citado mercado, estaria: carente e faminto de “braços”.

Ou seja,

À medida que um sistema social progride, criam-se e multiplicam-se as carências. Ao mesmo tempo em que o progresso implica numa acumulação de riqueza e na elevação do nível de vida (para certos grupos sociais ou para a sociedade como um todo, conforme o caso), o desenvolvimento gera tensões e novas necessidades. Aumenta o interesse pela vida intelectual, à necessidade de tecnologia, a precisão de capital, a fome de braços, etc. (IANNI, 1996, p. 49).

Influenciada por todos esses fatores e/ou movimentos, e sofrendo pressão de outros países, principalmente da Inglaterra, em 13 de maio de 1888, que, fez com que a princesa regente Isabel, assinasse a Lei Áurea, extinguindo definitivamente a escravidão no Brasil.

Porém, com a abolição da escravatura, o que se percebeu, foi que, não houve mudanças significativas, no que diz respeito ao o acesso do negro à educação, pois, a mesma também passou a ser um instrumento de dominação e superioridade por parte dos brancos sobre os negros.

Barros (2005, p. 91), aponta isso em uma citação no texto: “Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX”, onde coloca:

Entendemos que o acesso à escola era elemento de manutenção do poder entre a camada branca da população. Isto é, a escola não era legalmente proibida aos negros, mas sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação. O acesso às letras seria um elemento de diferenciação entre brancos (que se consideravam superiores) e negros (considerados inferiores).

Em relação a isso, Brandão afirma que, “existe povos que submetem e dominam outros povos, usando a educação como um recurso a mais de sua dominância”. (BRANDÃO, 2006, p. 10).

É o que se percebe nas estatísticas feitas no Brasil. Muitos negros mal terminam seus estudos, e, além das altas taxas de analfabetismo, poucos afro-brasileiros completam seus estudos universitários. Um dos motivos dessa consequência escolar seria a condição a que ainda são submetidos desde o nascimento, quando muitas de suas famílias, mal conseguem oferecer alimentos, roupas, materiais escolares e/ou, incentivos para que os mesmos enfrentem as diversidades educacionais.

Devido a isso, há de se pensar nessa questão como uma situação de dominados, pois, desde a infância, os mesmo partilham: a pobreza, a indiferença, a

falta de oportunidades, que não são condizentes com as mesmas oportunidades a que são oferecidas às crianças de pele branca. Souza nos evidencia isso em uma citação feita por ela, com base em trabalhos realizados por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas em convenio com a Secretaria da Educação e o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra:

...Tem evidenciado que não é apenas a diversidade econômica que explica a menor representatividade do negro no sistema de ensino, mas por ser a escola reprodutora dos preconceitos raciais. Nela se reproduz o etnocentrismo do branco que nega aos negros as diferenças étnico-culturais, é nela que se aprende a história do dominador branco esquecendo-se da mãe África e dos seus descendentes. (SOUZA, 2001, p. 11).

Entretanto, não há como negar que a educação deve ser um processo amplo de construção de saberes culturais e sociais que fazem parte do sentido humano e que a mesma, deve promover o objetivo maior da escola, como formadora de conceitos e responsável no trato da diversidade étnico-racial.

Aliás, como pensar numa escola desligada das questões raciais, sendo que, tais questões fazem parte da construção histórica, cultural e social de um país?

Em suma, deve-se considerar que a luta educacional, a busca pela saúde, pela dignidade, pelo respeito e por condições de trabalho, ganhou novos rumos. Um exemplo disso foi que, a partir do ingresso e permanência de negros na escola, estes, tornaram-se motivos de incomodo para o restante da população, pois, até foram criados mecanismos sem precedentes, que se tornaram empecilhos para a escolarização dos mesmos, desde a falta de vestimenta até mesmo a falta de material escolar.

Nesse período, percebe-se que, a maioria da população foi resistente à ideia de libertação dos mesmos. Muitas pessoas, ainda não havia se conformado com a suposta presença daqueles seres denominados para eles, 'escravos' e que os 'mesmos' estariam participando das mesmas atividades que os cidadãos brancos.

Ou ainda,

...em outras palavras..., antes de 1888, “... umas das maiores preocupações era: de que maneira manter os trabalhadores escravos em seus postos de trabalho, após a libertação? Um dos aventados para a inclusão no mundo do trabalho livre seria a escolarização dos futuros ex-escravos, já que a escola era vista como local de disciplinarização de corpos e mentes. (SILVA & ARAÚJO, 2005, p. 80/81).

Contudo, mesmo com a opinião de que, para mantê-los em seus postos de trabalho, seria necessário educa-los, visto que, teriam de obter conhecimentos novos para a demanda daquele mercado de trabalho em questão. A população ainda os criticava, pois, estes, segundo Barros,

...também foram considerados, motivos de “... preocupação com a especificidade de herança escrava: o atraso – atribuído aos egressos do cativo e seus descendentes – ameaçava atrapalhar os planos de forjar a nação que se desejava – uma nação civilizada ou, em outras palavras, branca. (BARROS, 2005, p. 81).

Depois que o Brasil passou de Monarquia para República, um ano após a Abolição, tal fato também não veio refletir em nada para os ex-escravos, visto que, os mesmos, não foram mencionados na Constituição que governou o Brasil no período de 1824 a 1891.

“A Constituição republicana reiterou os direitos dos cidadãos brasileiros à liberdade, segurança e propriedade. Todos eram supostamente iguais perante a lei, mas a mobilidade dos ex-escravos foi delimitada pela oligarquia liberal.” (DAVIS, 2000, p. 33).

Entretanto, o negro passou a ser visto como uma mera “maquina de produção”, ou seja, passou a receber uma educação voltada para o trabalho e para a construção da nação.

Aliás, as primeiras oportunidades concretas da educação escolar e ascensão da população negra surgem ainda no Estado Republicano, quando o desenvolvimento industrial dos anos finais do século XIX impulsiona o ensino popular e o ensino profissionalizante. (SILVA & ARAÚJO, 2005, p. 72,).

Com o objetivo principal de instruir os filhos dos trabalhadores, para que assim, o mercado interno, adquirisse mão de obra qualificada, as escolas oficiais do Estado Paulista, criaram em 1909, o ensino profissionalizante. As mesmas propiciaram uma escolarização profissionalizante para uma pequena parcela da população negra.

Diante de tal oportunidade, pretos e pardos, obtiveram a oportunidade que precisavam, pois, obtiveram formação e independência intelectualizada, a ponto de, configurar mecanismos de resistência, servindo assim, de base para as primeiras reivindicações na pós-abolição e o surgimento de novos movimentos negros, como é o caso da “Frente Negra Brasileira” e do Teatro Experimental do Negro.

Segundo Silva e Araújo (2005, p. 73), a Frente Negra, tratou-se do “maior e mais amplo movimento negro paulista, a FNB expandiu-se em outros estados brasileiros, entre eles, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Sendo fundada em 16 de setembro de 1931”.

Segundo Munanga (2006, p. 118), a proposta da Frente Negra:

...fundamentava-se em uma filosofia educacional, acreditando que o negro venceria, à medida que conseguisse firmar-se nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura. Nesse sentido, os fretenegrinos davam um grande valor à educação.

Contudo, a partir da Segunda República, “ironicamente, foi a Ditadura de Getúlio Vargas, conhecida como o Estado Novo (1937 – 45), que aboliu a Frente Negra Brasileira, quando todas as organizações políticas foram declaradas ilegais”. (DAVIS, 2000, p. 39).

Ainda, em relação ao Teatro Experimental do Negro, que surgiu no ano de 1944, na cidade do Rio de Janeiro. “Esse grupo, fundado e dirigido por Abdias do Nascimento, tinha o objetivo de abrir as portas das artes cênicas brasileiras para os

atores e atrizes negras. Ele queria dar uma leitura a partir do olhar do próprio negro e da herança à cultura produzida pelo negro no Brasil.” (MUNANGA, 2006, p. 121 e 122).

Enfim, além de montar espetáculos teatrais, o grupo fez uma campanha de alfabetização, teatro infantil para a educação e seminários educativos para as mães.

Com o advento da Ditadura Militar em 1964 a 1979, muitos afro-brasileiros, começaram a buscar “armas” na luta por seus direitos. O voto, por exemplo, foi uma dessas armas. Porém, essa luta pelos direitos continua até os dias de hoje, é lógico, com outros contornos. Visto que, “... no decorrer do processo histórico pós-abolição, além da não integração do ex-escravizado e seus descendentes na sociedade brasileira, o Brasil foi construindo um processo complexo de desigualdade social”. (MUNANGA, 2006, p. 107).

Em relação a isso, seria interessante citar uma pesquisa feita pelo IBGE, no ano de 1988. Os negros seriam aqueles que, tinham rendas menores, moravam em piores condições e também, morriam mais cedo, tanto pela violência, quanto pela pobreza. Constatou-se também, que, “os afro-brasileiros têm, uma taxa de mortalidade infantil 30% maior e 50% a mais de probabilidade de abandonar a escola sem ter aprendido a ler”. (DAVIS, 2000, p. 81).

CAPITULO II - EDUCAÇÃO ANTIRACISTA: UM ESTUDO SOBRE A LEI 10.639/2003

O objetivo principal do presente capítulo é apresentar o contexto de criação da Lei 10.639/03 que determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura da África nas escolas brasileiras. Paralelamente, apresento uma reflexão sobre as contradições presentes no processo de consolidação das políticas de ações afirmativas e avanço o estudo na busca de entender em que medida essas políticas contribuem para a inclusão do negro na sociedade.

A Lei 10.639/03 foi uma das conquistas do movimento social negro em prol da luta pela igualdade social. Sancionada pelo presidente da República Luis Inácio Lula da Silva em nove de janeiro de 2003 torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras nos estabelecimentos da Educação Básica, oficiais e particulares.

Para entendermos um pouco sobre o contexto de criação da referida lei, faz-se necessário aprofundar o estudo sobre a ação e as reivindicações dos movimentos sociais, especialmente do movimento social negro, pois, é certa, a participação direta que tal organização teve na efetivação da Lei 10.639/03.

O Movimento Negro foi sendo construído a partir das diversas tentativas de unir o povo negro com a finalidade de reunir forças para fazer ouvir as preocupações a respeito das desigualdades vigentes na sociedade brasileira. Essas reivindicações ramificaram-se por todo o país e segundo DAVIS (2000, p. 49), em 1980 “... o movimento negro tinha seções em praticamente todos os estados brasileiros”.

Resgatando a história de consolidação do Movimento Negro, Eliane Cavaleiro relembra que, “(...) em 2001, o Estado brasileiro, participou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, fórum em que a escravidão e o tráfico de escravos foram reconhecidos como crimes contra a humanidade – o que, por sua vez, reforça a luta por reparação humanitária ao povo negro” (CAVALLEIRO, 2005, p. 66)

O reconhecimento da escravidão como um crime contra a humanidade delega ao Estado a função de articular ações voltadas para a promoção da “igualdade”

entre os grupos raciais. Mas, a realidade brasileira ainda mostra que a democracia racial é um mito e que, conforme destaca Nilma Lino Gomes, ainda é constante em nosso país:

(...) uma corrente ideológica, que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que exista entre os dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento (2005, p. 57).

Enfim, a sociedade brasileira ainda materializa, a partir de instituições sociais, como: igreja, escola, família, meios de comunicação; formas diversas de preconceitos e estereótipos raciais, visivelmente perceptíveis em significativas desigualdades, seja, nos níveis de renda, educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, violência, como também, em outros. É nesse cenário que se destaca a importância do Movimento Negro no processo de concretização da Lei 10.639/03.

2.1 Buscando Caminhos

Segundo Davis, existe três tipos principais de organizações afros brasileiras: primeiro, 'entidades governamentais' e 'grupos de pressão', em segundo, as 'organizações de base' e terceiro, as 'ONGS regionais' que incluem entidades social, política e culturalmente independentes. (DAVIS, 2000, p.50).

Um exemplo bastante conhecido de 'entidade governamental' seria a Fundação Cultural de Palmares que, fazendo parte do Ministério da Cultura, tem desempenhado, desde os anos de 1990, um papel importante na luta pelos direitos dos negros no Brasil. Trata-se da instituição responsável pelo mapeamento e pesquisa sobre os quilombos, qualificando-os para a obtenção do título de propriedade de terras para seus moradores, os quilombolas.

As 'organizações de base' são mais ecléticas e abarcam diferentes tipos de grupos. Alguns são vinculados às igrejas, como a Pastoral Negra; outros não estabelecem vínculos com instituições específicas e se constituem como grupos culturais e/ou educacionais com ou sem representação jurídica perante o estado. Com relação às 'ONGS', estas se diferem das organizações de base pela sua

estrutura representativa e legal, o que possibilita a obtenção de recursos financeiros oriundos de diferentes órgãos, instituições ou empresas. De forma geral, atuam em áreas nas qual a presença do Estado apresenta lacunas.

Quanto as ONG's que atuam com aspectos relacionados ao movimento negro, podemos classificá-las em de cinco tipos: as que se concentram na educação e promoção cultural; as que tratam das questões de direitos humanos; aquelas que tratam de aspectos psicológicos e/ou focalizam as necessidades de emprego; como também, aquelas que se concentram nas necessidades das mulheres afros brasileiras. Enfim, são instituições que fizeram e fazem diferença, no que se refere à elevação da consciência entre milhares de negros por todo o país.

Uma das frentes de luta quanto à valorização social do negro foi, sem dúvida alguma, a implantação da Lei 10.639/03. Com relação a isso, faz-se necessário entender qual a importância de desenvolver nas escolas um trabalho com a África. Qual a relação entre essa proposta e a valorização social do negro. Percebe-se que, para muitos estudantes afros descendentes, o conhecimento adquirido na escola é um processo de alienação sobre sua própria história, pois, ao abrir os livros escolares acabam lendo a historia de como os dos portugueses, italianos, japoneses, entre outros ajudaram na construção desse país. O negro entra na história contada no livro, na condição de exploração, de escravo, causando, com certeza, a sensação de não pertencimento à humanidade.

Para Moreira, diversidade é uma riqueza e não deveria criar problemas. Não podemos construir a identidade brasileira a partir de uma única cultura, considerada superior, que é a ocidental. A criança precisa aprender na escola como os portugueses, os japoneses, os negros contribuíram para o desenvolvimento do país. E que nenhuma dessas contribuições é melhor do que a outra. (MOREIRA, 2005, p. 37.).

Um olhar atento para essa questão indica que a educação escolar pode contribuir para mudanças sociais ao trabalhar com a diversidade dos grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Elena Maria explica que:

A ideia de estudar a África deve ser pensada como um caminho para compreensão da presença africana através do tráfico e das expressões dos vários povos que aqui desembarcaram como um processo de transmissão e aculturação das filosofias, religiosidade, economias das varias etnias aqui desembarcadas pelo tráfico. (2007, p. 13).

De acordo com uma matéria pesquisada na revista Nova Escola, seria interessante lembrar que, “os diversos povos que habitavam o continente africano, muito antes da colonização feita pelos europeus, eram bambambãs em varias áreas: eles dominavam técnicas de agricultura, mineração, ourivesaria metalurgia; usavam sistemas matemáticos elaboradissimos para não bagunçar a contabilidade do comercio de mercadorias; e tinham conhecimentos de astronomia e de medicina que serviram de base para a ciência moderna”. (GENTILE, 2005, p. 42).

Porém, a ideia que muitos tem atualmente sobre a África e que foi construída ou referendada nos bancos escolares, não se aproxima da exposta na descrição de GENTILE (2005), pois, geralmente, relaciona-se a ideia de África à pessoas famintas e miseráveis, povos doentes, um país de Essas ideias distorcidas desqualificam a cultura africana e, com certeza, acentuam o preconceito em relação à pessoa negra, pois trabalham a partir da concepção de generalização não abordando que, como qualquer continente, a África tem problemas e desafios a vencer, mas também tem países com uma riqueza cultural milenar.

Nesse sentido, a lei 10.639/03 veio ao encontro de reivindicações antigas da população negra e tenta corrigir a visão distorcida e preconceituosa sobre a historia e cultura africana. O grau de importância dessa Lei para o Movimento Negro pode ser dimensionado pelo uso da expressão: “segunda abolição”, ao se referir a luta pela valorização das origens africanas que, de uma forma ou outra, alia-se ao desafio de criar meios para driblar a miséria e a exclusão social, deixados como legados pela escravidão.

2.2 Discriminação racial escolar

O histórico apresentado no primeiro capítulo demonstrou que os afrodescendentes, em sua luta pela superação da condição de miseráveis buscaram na escola, meios que os ajudassem a superar a exclusão social as que estavam submetidos.

Na escola, porém, sentiram “na pele” uma educação voltada para o embranquecimento cultural, denominada por Munanga:

Como a “ideologia do branqueamento” que “se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos”. (MUNANGA, 2006, p. 23).

Este processo educacional que induz a interiorização e discriminação racial contra os negros e seus descendentes foram, e continua sendo, muito presente em nossas escolas. “Ao ingressar na escola, o negro e a criança afrodescendente, vê suas referências ancestrais sempre como complementares à economia de outros povos, como europeus e brasileiros”. (ANDREI & FERNANDES, 2007, p.11).

Uma outra questão que precisa ser destacada nessa discussão, diz respeito ao racismo existente nos ambientes escolares. Pesquisas realizadas nos mostram que

... o racismo é ingrediente básico das dinâmicas e relações interpessoais entre os profissionais da educação e as crianças, e a operação dele no cotidiano escolar permite uma nítida separação de alunos em sala de aula de acordo com o pertencimento racial. Tal procedimento pode ser percebido pelas crianças, todavia há conivência e/ou negligência dos adultos, daí pressupõe que esses atos se difundem por todo o sistema de ensino, que, por sua vez, desemboca na sociedade como um todo. (CAVALLEIRO, 2005, p. 82).

Diante disso, percebe-se a baixa qualidade de oportunidades educacionais oferecidas aos negros, sejam crianças e/ou adolescentes. Percebe-se, que nesses espaços, ocorrem tratamentos diferenciados que conduzem os mesmos, à exclusão, a um sentimento de inadequação ao sistema escolar, à inferioridade racial e conseqüentemente, às piores taxas de analfabetismo e evasão escolar.

Cavalleiro explica que:

... As crianças negras presentes na escola vivem em seus relacionamentos, um sistemático processo de discriminação racial, que opera de maneira negativa em seu processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimento. “Logo, considerando que a educação é base construtiva na formação do ser humano e na defesa e na constituição dos outros direitos como: os econômicos sociais e culturais –, tal processo educativo colabora para a submissão social do ser humano negro”. (CAVALLEIRO, 2005,p. 99).

Outro agravante é o fato de que os profissionais da educação, muitas vezes, nem percebem a existência do racismo em sua prática ou em situações cotidianas escolares. Devido a este desconhecimento não são desenvolvidas práticas pedagógicas de valorização racial e principalmente, medidas cabíveis no combate à discriminação presentes no contexto escolar.

Foi a partir desse contexto que, segundo Sales Augusto dos Santos (2005, p. 23):

Os movimentos negros passaram a incluir em suas agendas de reivindicações, por meio de manifestos, teatro e música, junto ao Estado brasileiro, no que tange à educação, o estudo da história do continente Africano e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional brasileira”.

A promulgação da Lei 10.639/03 colocou em discussão a necessidade de formar professores que desenvolvam estratégias pedagógicas para o combate ao

racismo. Tanto é que, “no tocante às políticas nas esferas municipais e estaduais, evidencia-se um processo de implementação de cursos de formação de profissionais da educação para o combate ao racismo”. (CAVALLEIRO, 2005. p.101).

Ou seja, por força de lei coloca-se a importância no trato com os profissionais da educação no sentido de apresentar-lhes sugestões de práticas pedagógicas voltadas para as relações interpessoais que valorizem a população negra e combata à discriminação racial.

Nesse sentido, algumas experiências vêm sendo desenvolvidas. Eliane Cavalleiro faz referência às

... Políticas de construção de material auxiliar para subsidiar a formação permanente de professores impulsionada pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Destaca-se, nesse sentido, o Caderno Temático de Formação nº. 1, intitulado “Leitura de mundo, letramento e alfabetização: diversidade cultural, etnia, gênero e sexualidade”. Destacam-se também as revistas de educação da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo, cujo número cinco apresenta, analisa e discute questões referentes à diversidade no cotidiano escolar. (CAVALLEIRO, 2005, P. 101).

Em relação a isto, Munanga é objetivo em sua proposta de trabalho no trato com esta questão racial, feito no livro “Superando o racismo na escola”:

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referencia ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a historia de Zumbi de Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que fora a organização sócio-político-economica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas”. (MUNANGA, 2006, pág. 25).

Munanga ainda acrescenta que, toda a invisibilidade da diversidade dos papéis e funções exercidos pelos homens e mulheres negros, entre outros, nas ilustrações dos livros didáticos pode ser corrigida pelo profissional da educação, na medida em que o mesmo, solicitar ao estudante, que descreva algumas atividades exercidas por aqueles homens e mulheres, também negros, que residem nas residências deles e/ou moram em suas ruas.

Isto contribuirá, para que o estudante perceba a diferença, no que concerne a esta exclusão e/ou má apresentação da pessoa negra no contexto, por exemplo, do livro didático.

O grande desafio para a educação, diante da lei 10.639/03, é tratar da discriminação e desigualdade social, como um fenômeno histórico. No que tange ao material didático, percebe-se que, os mesmos não contemplam a diversidade racial que é tão presente em nossa sociedade. Um exemplo disso seriam as ilustrações contidas nesses recursos pedagógicos, que, são na maioria, de personagens brancos, ou seja, pouco evidencia a presença do negro.

Os estudantes,

...“ao estudarem a historia da população negra brasileira, não deparam com referencias positivas de um passado histórico do qual seja possível que negros tenham orgulho ao se identificar com a historia de seus ancestrais/antepassados; e no qual, paralelamente, brancos percebam o grupo negro como participante do desenvolvimento do país”.
(CAVALLEIRO, 2005, P. 84).

Em relação a tudo isto, nota-se que a Lei 10639/03, busca mudar essa realidade, a partir de um trabalho minucioso, voltado para a mudança de conceitos e opiniões em relação à questão racial. Mudanças estas, que influenciam diretamente o estudo da historia da população negra brasileira, indicando a necessidade de transmitir referências positivas do passado histórico, com os quais os afrodescendentes possam se identificar por estabelecer elos com a historia de seus ancestrais.

Capítulo III - O livro didático: um estudo sobre o conteúdo apresentado antes e pós a Lei 10.639/03.

Neste capítulo, apresento um estudo a respeito de dois livros didáticos: um aprovado no PNLD – Programa Nacional do Livro Didático de 1997 e o outro aprovado no PNLD de 2010.

O objetivo é investigar se houve e quais foram as mudanças nestes livros. Mudanças como na didática, imagem (visual) e linguagem após a Lei 10.639/03.

3.1 Livro didático de 1.997

O primeiro livro didático a ser analisado foi publicado pela editora FTD, no ano de 1997. Seu autor é Carlos Roberto Penna Dias dos Santos. O referente livro não pertence a uma coleção e possui cento e setenta e seis páginas, divididas em duas disciplinas: Geografia e História. Nesta análise, limitei-me somente no estudo e reflexão da unidade de história.

Em relação ao negro, o mesmo aparece logo de início, na quinta página, onde está desenhada uma figura com quatro crianças de etnias diferentes: o negro, a japonesa, a criança loira e mais uma criança. Todas aparecem sorridentes.

Como o negro entra na história do Brasil, a partir do contexto apresentado no livro? O que se percebe é que no livro didático de 1997 o trabalho não é em torno do negro, propriamente dito, mas sim, 'do escravo'. Na página trinta e nove, encontramos a afirmação de que o negro foi trazido "... para o Brasil logo no início da colonização para trabalhar como escravo, na lavoura canavieira" (PENNA, 1997, p. 39).

Observa-se na página cento e dez, sobre a 'Sociedade Açucareira', que a sociedade brasileira é apresentada a partir de duas camadas sociais: os homens livres e os escravos. Há também uma imagem feminina negra, amamentando um bebê de pele branca.

Entre as páginas cento e doze até à página cento e dezesseis, o negro é apresentado somente na figura de escravo, por meio de imagens de negros acorrentados no pescoço, como também, trabalhando na lavoura e/ou participando de batalhas contra seus perseguidores.

No capítulo nove, o livro trata sobre o conteúdo da ‘Mineração’ e, novamente, observa-se um enfoque sobre o negro a partir de sua condição de escravo.

Em nenhum momento, no livro, encontram-se comentários sobre o porquê de o negro ‘ser escravo’; como também não há abordagens sobre a realidade do negro, antes de ser escravizado. Não há valorização de sua tradição e cultura.

Em relação a isto, Ana Célia da Silva confirma:

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referencia ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a historia de Zumbi de Palmares, dos quilombos, da revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar algo do que foi a organização sócio-político-economica e cultural na África pré-colonial; e também sobre a luta das organizações negras, hoje, no Brasil e nas Américas. (SILVA, 2005, p. 25).

Outro ponto importante a ser analisado é que, depois da abolição, ou seja, depois que o negro não é mais mão de obra escrava, some do contexto do livro. Ou seja, a partir do momento em que o mesmo não é referencia da escravidão, ele não aparece mais nos conteúdos. Assim, percebe-se claramente que o livro fomenta o estudo sobre o tema “escravidão” e, portanto, não há uma discussão sobre a História da África, como estabelece a lei 10.639.

Por meio disso, nota-se que, neste livro didático,

(...) o trabalho desenvolvido ainda está alicerçado em explicações construídas por teórico-pesquisadores do final do século XIX e inicio do século XX, portanto, fortemente influenciados por ideologias evolucionistas, racistas e liberal-escravistas. (CAVALLEIRO, 2005, p. 83).

Uma visão crítica em relação a isso é importante e uma questão se faz necessário: como a criança negra se entende a partir do apresentado no livro didático? Provavelmente não entenderá sua origem, sua relação com a África, com pessoas livres e com diversidades de costumes diferentes.

3.2 Livro didático de 2.008

O segundo livro analisado recebe o título de “História” e têm três autores: J. William Vesentini, Dora Martins e Marlene Pécora. Faz parte da coleção, denominada: Aprendendo Sempre e destina-se ao Ensino Fundamental de nove anos.

É composto por cento e noventa e duas páginas. Logo no sumário percebe-se outra forma de se trabalhar com o negro: “A gente que veio da África”, cumprindo assim o enfoque preconizado na Lei 10.639/03. Há um trabalho em torno da procedência e dos aspectos culturais do povo negro a partir de seu lugar de origem. O destaque para a África, vem ao encontro do que se espera, depois da implantação de lei, quanto à promoção da cultura africana e dos afrodescendentes.

O capítulo ‘Gente que veio da África’, inicia-se com destaque para a foto de pessoas negras, sorridentes e felizes, comemorando o dia da Consciência Negra.

Em seguida, o livro aborda a “chegada dos negros no território brasileiro”:

Os negros africanos eram trazidos ao Brasil em embarcações conhecidas como navios negreiros. A viagem durava mais de um mês; a alimentação, além de pouca, era ruim; e as condições de higiene eram péssimas.

Muitos escravos morriam durante a viagem. Os que sobreviviam chegavam aos portos brasileiros bastante enfraquecidos e eram vendidos como mercadorias. (VESENTINI, MARTINS & PÉCORA, 2008, p. 49).

Diante disso, nota-se um trabalho que possibilita ao aluno compreender como o negro passou da condição de ser livre, para a situação de pessoa escrava.

Outro ponto importante a ser destacado com relação a esse livro: as figuras apresentadas, que são muitas, como: mapas de rotas, imagens da casa-grande e da senzala, do engenho, seqüência de imagens, de como era realizado o trabalho dos

negros, enfim, figuras, fotos e/ou imagens que retratam a situação vivida pelos negros naquela época.

Paralelamente, o livro aborda temas relacionados à cultura, como o jongo, “(...) que é uma manifestação cultural diretamente ligada à cultura africana no Brasil”. (VESENTINI, MARTINS & PÉCORÁ, 2008, p. 61). Como também, apresenta uma preocupação muito grande, em relação, ao tema “preconceito” e destaca que o negro, depois da abolição, muitas vezes, continua sofrendo discriminações e vários tipos de preconceito.

O livro valoriza e enfatiza aspectos da cultura negra, fomentando as tradições deixadas ao longo da história, como: hábitos alimentares, música, danças (frevo, o samba, a capoeira). Enfim, hábitos estes tão presentes em nosso dia a dia.

Neste livro, percebe-se também a preocupação com o estudo da questão “Quilombola”. Destaca “(...) como os africanos escravizados resistiram à escravidão organizando quilombos” (VESENTINI, MARTINS & PÉCORÁ, 2008, p. 68) e que, nos dias atuais, os quilombolas e suas tradições culturais são a prova da resistência e permanência do negro na história do país.

Denominam-se “quilombolas” os negros que fugiam para os quilombos. Vesentini afirma:

Muitos se rebelavam e fugiam para o mato. Os que eram recapturados tinham a pele marcada com ferro em brasa, os que conseguiam escapar obrigavam-se em esconderijos chamados macambos. Os macambos deram origem aos quilombos. Na língua bantu, quilombo quer dizer ‘povoamento’. O maior e mais importante dos quilombos foi o dos Palmares. (VESENTINI, 2008, p. 62).

Diante do apresentado, podemos concluir que o livro apresenta uma melhor abordagem sobre o negro e que isso tem relação direta com a Lei 10.639/03. Porém, na visão de Francisca Maria do Nascimento Souza:

Apesar de considerável melhora na qualidade dos livros didáticos obtida nos últimos anos, especialmente aqueles indicados pelo PNLD, ainda nos deparamos

com “erros” grosseiros, tanto no que tange às expressões discriminatórias, quanto no que se refere às ilustrações, principalmente, nos chamados livros paradidáticos, ou de literatura infantil e juvenil. Estes não têm demonstrado o mesmo avanço. Assim, quase não se encontram paradidáticos com famílias negras ou personagens negros como protagonistas. (SOUZA, 2005, p. 109).

Em relação a isto, percebe-se que, os fatos de haver uma melhora quanto à apresentação do negro no livro didático, ainda persistem outras formas de racismo.

Diante das informações delineadas até o momento, Souza nos coloca:

Dizem até que falar de racismo é invenção do negro complexado, que tem vergonha da própria imagem. Felizmente esta cultura do silenciamento está sendo superada, um resultado de décadas de lutas do movimento negro organizado por todo este país e que vem obtendo importantes conquistas, inclusive no campo legal, como por exemplo; o art. 5^a da Constituição Federal de 1988, que torna “a prática do racismo crime inafiançável e imprescritível”; a lei 3.198/2.000, que institui o “Estatuto da Igualdade Racial”; a lei 10.639/2.003 que torna obrigatório incluir nos currículos escolares a “história e cultura afrobrasileira”. Isso demonstra que avanços estão sendo conquistados, apesar de ainda termos muito a buscar. (SOUZA, 2005, p. 110/111).

Para tanto, torna-se imprescindível que profissionais da educação, façam a sua parte, em se tratando de pesquisar o livro didático, no qual fará o trabalho em sala de aula, assim como, procurar manter um olhar investigativo no trato com as ofensas, exclusões e toda forma de racismo a que se depare nas escolas, onde atua.

Ou seja, o combate às questões racistas, não é função apenas do Estado e/ou dos Movimentos Sociais. Mas sim, de todos os brasileiros, principalmente, daqueles envolvidos no contexto educacional.

Dessa maneira, finalizo, ressaltando a importância do estudo do livro didático como fonte, sobretudo no contexto atual, no qual as políticas públicas têm

demonstrado interesse de reformular o ensino no país, aparentemente, incorporando reivindicações dos militantes negros.

CONCLUSÃO

Concluo que a educação brasileira, em um olhar histórico, tratou em muitas vezes, de forma preconceituosa o negro e sua cultura. Tal exposição ajudou a perpetuar neste período, uma educação não igualitária e por conseqüência, inferior em se tratando de qualidade de ensino aos negros. Transparecendo tal fato, nos materiais didáticos utilizados na rede de ensino de nosso país.

Com a criação da Lei 10.639/03 que visa à obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro brasileira na rede básica, oficiais e particulares de ensino, grupos afros descendentes organizados conquistaram, após longos anos de luta, mudanças na estrutura do ensino.

Tal conquista se refletiu, como constatado, nos livros didáticos da rede de ensino, tanto no que tange à linguagem, quanto no que se refere à imagem, apresentada à população estudantil.

As reflexões apresentadas neste trabalho englobaram vários assuntos relacionados à luta do negro pela educação. Luta que continua sendo constante na vida dessas pessoas.

Pautei-me em leituras e pesquisas relacionadas à questão da busca histórica do negro, em obter educação, condição fundamental para lutar contra a miséria, a exclusão social, e, tantos outros infortúnios que ainda colocam os afrodescendentes na busca pela liberdade.

Contudo, mediante a multiplicidade das diferenças humanas que povoam o contexto social contemporâneo, fez-se necessário analisar também a questão étnico-racial, destacando a importância de debater e repensar várias situações vivenciadas no contexto escolar.

Para isto, busquei pesquisar, de forma indireta, em que medida a discriminação étnico-racial está presente no cotidiano escolar. Pois, a urgência do problema se reflete também no modo de vida da pessoa discriminada: seja através da mudança de atitudes e da aparência ou até mesmo, conseqüências mais sérias como a evasão ou o fracasso escolar.

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi o de analisar a Lei 10.639/03, que entrou em vigor aos nove dias do mês de janeiro de 2003, como também, a partir da necessidade, de refletir sobre como essa lei veio contribuir, no que se refere à implantação de políticas afirmativas no Estado brasileiro, dentro do contexto atual das políticas educacionais.

Em face disto, seria melhor, entendermos do que se tratam essas políticas. As mesmas são um conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Para tanto, são de extrema urgência, a prática e eficácia dessas políticas de ações afirmativas.

O que veio contribuir bastante para o progresso deste trabalho foi o fato da nova legislação, que tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro brasileira nos estabelecimentos da educação básica, reivindicada pelo movimento social negro, estar incluída no interior do debate da chegada das políticas de ações afirmativas no Estado brasileiro, instigando assim, uma urgência em verificar, como essa lei, altera e/ou tenta corrigir a injustiça detectada em nosso país que envolve a população negra em geral.

É de suma importância que a lei seja cumprida, e, para isto, é preciso desmistificar o conceito de raça e entender que esta é uma construção social e não biológica, pois, somente assim, teremos uma sociedade mais justa no que diz respeito ao reconhecimento do negro e seus descendentes como partícipes da formação do povo e da cultura brasileira.

Para tanto, fez-se necessário, analisar o problema dentro do contexto maior em que este se insere como é o caso, da abordagem feita pelo livro didático, a respeito do negro. Como o preencher as lacunas para que o aluno afrodescendente ao abrir um livro didático de história do Brasil em sala de aula, reconheça seus ancestrais, se identifique de alguma forma com as origens africanas e se sinta realmente sujeito ativo dessa história.

Diante disso, finalizo este trabalho com a sensação de ter apresentado algumas reflexões que podem configurar-se como úteis para os estudos da questão

racial brasileira, bem como para os estudos relacionados à política educacional brasileira. A condição de negro e a minha prática educacional no campo escolar fizeram com que este trabalho fosse realizado de maneira muito prazerosa. No trabalho, pude aprofundar e superar alguns dilemas e conflitos presentes na ação acadêmica, como também, rever conceitos e/ou práticas que me ajudarão a combater a desigualdade racial.

Para próximos estudos, sugiro que seja avaliada, como forma de pesquisa, um estudo de campo, investigando como o corpo docente tem se utilizado destes mecanismos para um ensino multicultural e igualitário. E quais serão os impactos para a nossa sociedade a longo prazo, no que se refere ao preconceito racial.

REFERÊNCIAS

ANDREI, Elena Maria; FERNANDES, Frederico Augusto Garcia. **Cultura afro-brasileira, construindo novas histórias**. Londrina: Idealiza Gráfica e Editora, 2007.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX**. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005.p. 79-92.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Discriminação Racial Pluralismo e nas Escolas Públicas de São Paulo**. In: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.65-104.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005.

DAVIS, Darien J., 1964 – Afro-brasileiros hoje/ Darien J. Davis; [tradução: Felipe Lindoso}. – São Paulo: Summus, 2000.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Miniaurelio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GENTILE, Paola. África de todos nós. **Revista Nova Escola**, São Paulo, nº 187, p.42-49, nov. 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação Anti-racista:

caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005. p.39-62.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1996.

MOREIRA, João Carlos. **Geografia: Ensino médio**, v. 1, Sene. São Paulo: Scipione, 2005.

MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje / Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes – São Paulo: Global, 2006. – Coleção para entender).

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

SANTOS, Carlos Roberto Penna Dias dos, 1959 – Você e o Brasil: geografia e História, 4ª série / Carlos Roberto Penna Dias dos Santos. – São Paulo: FTD, 1997.

SANTOS, Sales Austusto dos. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro**. In: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005. p.21-37.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**./In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). Superando o racismo na escola. Ed. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, . p. 21-37.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, kabengele. Superando o Racismo na Escola. Ministerio da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2 ed. Brasília, 2005.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. **Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas**. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005. p.65-78.

SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. **Linguagens Escolares e Reprodução de Preconceito.** In: Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.105-120.

SOUZA, Irene Sales de. **Os Educadores e as Relações Interétnicas: Pais e Mestres.** In: Dissertações e Teses. Franca-SP: UNESP, 2001. n.1, 165 p.

VESENTINI, J. William. **Aprendendo Sempre: história: 5º ano do ensino fundamental.** (4ª série) / J. William Vesentini, Dora Martins, Marlene Pécora. – São Paulo: Ática, 2008.—(Aprendendo Sempre).